

A formação dos sargentos no Exército Brasileiro no contexto da Missão Militar Francesa

*Gustavo de Freitas Araújo**

*Ramon Vilas Boas Ferreira***

Introdução

Do período de 1919 até 1940, os integrantes da Missão Militar Francesa (MMF) conduziram o processo de modernização do Exército Brasileiro, consolidando as reformas iniciadas na Força durante as duas primeiras décadas do século XX. Para o Brasil, este foi um período histórico de grande importância para a maturação da nossa jovem República.

Nesse sentido, o Exército, como principal instituição nacional da época, necessitou transformar-se para poder cumprir com suas atribuições legais e adaptar-se aos novos tempos. Curiosamente, a longa vigência do contrato celebrado entre as duas nações é situada entre o término da I Guerra Mundial e o início do segundo conflito de escala global, representando, simbolicamente, a transição uma mentalidade antiga, cujos quadros militares eram despreparados e marginalizados, características da República Velha, para a

progressiva profissionalização da Instituição.

O presente trabalho visa a analisar os aspectos nos quais a MMF impactou diretamente para a profissionalização da carreira do quadro de sargentos do Exército Brasileiro. Para tanto, está estruturado da seguinte maneira:

A pesquisa inicia trazendo um panorama da situação do Exército do início do séc. XX até a década de 1930. Em um segundo momento, analisam-se as condições de vida e de trabalho dos sargentos no período anterior à vinda da missão. Na sequência, trazem-se as principais influências que a MMF provocou para a classe e, na última parte, é abordado o quadro social dos graduados nas duas décadas em que vigorou o contrato da missão.

O Exército no alvorecer do novo século

No final do séc. XIX e nas duas primeiras décadas do séc. XX, o Exército Brasileiro foi marcado pela ideia premente da renova-

* Cap Inf (AMAN/12), especialista em Emprego das Comunicações (EsCom/17), em História Militar (Unisul/17), História e Cultura Afro-Brasileira (Unopar/18). É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

** 1º Sgt do Exército Brasileiro (EsSA/03, EASA/14), formando em História (UEPG), pós-graduando em Filosofia (UFPel). É membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Clube História EASA.

ção. Mais do que uma simples mudança de mentalidade, esse processo foi resultado das dolorosas experiências obtidas nas campanhas de Canudos e do Contestado e fizeram com que a profissionalização dos quadros da Força Terrestre fosse posta em lugar de destaque.

De acordo com McCann, desde 1900, Mallet observou que a campanha de Canudos nos havia mostrado que o Exército precisava ministrar mais e melhor os treinamentos de tiro ao alvo e olhar com mais atenção a instrução e disciplina, acentuou a necessidade das Escolas Práticas (experiência prática em campo), que dava a oficiais, graduados e soldados oportunidades de cometer e corrigir erros em exercícios de manobras. Entretanto, mudanças significativas foram levadas a fio a partir do ano de 1906, quando o marechal Hermes da Fonseca assumiu a pasta do Ministério da Guerra. Posteriormente, como presidente da República, continuou com as mudanças já iniciadas. Essas transformações pelas quais passou a Força ficaram conhecidas como “Reforma Hermes”.

Dentro desse contexto, foram enviadas levadas de oficiais para estagiar no Exército Alemão, nos anos de 1906, 1908 e 1910. Esse contingente, que recebeu a alcunha de “Jovens Turcos”, foi quem efetivamente iniciou o processo de modernização e profissionalização do Exército.

Dentre algumas das mudanças ocorridas no período, destacam-se a realização dos primeiros exercícios de manobra, no campo de instrução em Santa Cruz (RJ); a criação das primeiras brigadas, a instituição do serviço militar obrigatório, a aquisição de armamentos e a fundação da revista A Defesa Nacional.

Desde os primeiros anos do séc. XX, falava-se da possibilidade da contratação de missão militar estrangeira, com o objetivo de instruir o Exército nas técnicas correntes de guerra, somado à compra de material bélico moderno, sendo este assunto amplamente debatido nas esferas governamentais e militares. O Decreto nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919, por exemplo, autorizou ao Governo a contratar missão de oficiais estrangeiros para a instrução do Exército (Art. 54, letra “c”).

Inicialmente, devido à influência germânica, pensou-se na vinda de uma missão alemã; no entanto, a declaração de guerra do Brasil contra o Império da Alemanha impossibilitou que tal intento se concretizasse. Paralelamente a isso, a participação de militares brasileiros junto ao Exército Francês durante a I Guerra Mundial, aliado à vitória do Exército francês frente à Alemanha, e o paradigma da superioridade da cultura gaulesa fizeram com que, ainda no final do ano de 1918, a França fosse o país com maior probabilidade para a assinatura de um acordo de cooperação militar. Desse modo, o Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, formalizou a aproximação entre os dois países, permitindo a realização de um acordo militar com a França a fim de iniciar a instrução na Força Terrestre. Para tanto, a missão seria composta de tantos oficiais quanto o Ministério da Guerra julgasse necessário e autorizava o empenho do crédito necessário para o cumprimento do contrato (Art. 1º e 3º).

A situação dos sargentos

Apesar do Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892, que aprovava o regulamento da Escola de Sargentos, na prática, a

ascensão a essa graduação ocorria por intermédio de uma seleção entre os soldados tidos como melhores pelos seus superiores hierárquicos e a posterior realização de um curso de capacitação, de curta duração, na própria organização militar onde estava servindo. Desse modo, havia uma grande proximidade entre os sargentos e seus subordinados, uma vez que as promoções se davam no âmbito da própria unidade, o que tornava inevitável a manutenção de laços afetivos com os demais companheiros.

O treinamento da classe era precário, e seus direitos eram extremamente limitados. Muitos possuíam pouca escolaridade e tinham reputação ruim. O perfil desse profissional era reflexo das precárias condições de operacionalidade, comuns em todos os quartéis. A questão disciplinar não era diferente. Não eram raros os motins e as conspirações, como a rebelião de sargentos ocorrida no ano de 1915, quando, ao final do movimento, 256 graduados envolvidos em questões de insubordinação e anarquia foram presos e mandados à força pelo Governo para locais inóspitos do norte do país (MCCAN, 2009).

Embora houvesse resistência à renovação do Exército pelos oficiais superiores mais conservadores, esta oficialidade jovem angariou o apoio de um setor da cúpula, como os generais José Caetano de Faria, Antônio Geraldo de Souza Aguiar, Bento Ribeiro, Tasso Fragoso e Cardoso de Aguiar. A conjugação de seus esforços às iniciativas dos generais citados criou as condições no Exército para instituir-se uma Missão Indígena. Deu resultado e, posteriormente (1917), impulsionou os dirigentes do Exército a adotarem duas medidas visando à modernização da instrução militar referente aos sargentos, quando foi

criado o Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, servindo, inicialmente, para a formação dos sargentos instrutores dos tiros de guerra, devido à grande necessidade de enviar ao território nacional mão de obra qualificada, devido à falta de oficiais de baixa patente que atuassem como instrutores para os tiros, os quais configuravam-se como um modo legal de safar-se do ano de serviço militar obrigatório. McCann (2009) menciona que, como seria de se esperar, os tiros de guerra cresceram extraordinariamente entre 1916 e 1920 e que os brasileiros continuavam a mostrar uma rebeldia visceral à carreira de praças. A atuação da Missão Indígena foi significativa, principalmente no período 1919-1922, antes de serem colhidos os resultados da Missão Francesa. Esta Escola, por exemplo, mais tarde se tornaria a Escola de Sargentos de Infantaria (ESI).

Os sargentos sob a influência da Missão Militar Francesa

A instrução

Os franceses começam a penetrar no ensino propriamente dito, após a reforma de 1924, quando um dos membros da MMF assume o cargo de subdiretor do Ensino Militar. Na Escola Militar, os primeiros dois anos são comuns a todos os alunos e, no ano seguinte, é realizado um curso especial, de acordo com a escolha da arma.

Já em 1925, Coffec, general chefe da MMF, defende a importância da educação física na instrução militar para a formação de corpos aptos a vencerem as dificuldades de terreno e de clima. Sugere que essa disciplina seja desenvolvida em todas as escolas.

O decreto nº 5.632 de 31.12.1928, tratou do ensino militar. Sob influência franca, a instrução primária dividiu-se em: elementar, para soldados analfabetos em escolas regimentadas; elementar e profissional, para os corpos de tropa e especialistas de profissões elementares, como operários; e complementar, ministrado nas escolas de sargentos, para os sargentos infantis, artilheiros, cavaleiros, entre outros. A instrução secundária comporta o ginásio, nos colégios militares, e o profissional, no curso preparatório da Escola Militar, destinado a civis e a sargentos que desejassem ser oficiais.

A prioridade da Missão Militar Francesa foi em relação às escolas militares, voltando as instruções para a parte prática. Nesse intento, a educação no Exército passou por uma grande renovação, com a criação de diversos estabelecimentos de ensino, tais como a Escola de Estado-Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Veterinária, entre outras. O objetivo principal era aumentar o nível da formação, do aperfeiçoamento e dos vários cursos de especialização realizados por seus quadros.

Deve-se em grande parte aos franceses o desenvolvimento da mentalidade de que a carreira das armas seria um processo contínuo de aprendizagem, emergindo uma nova cultura na caserna. Adriana Bellintani (2009) observou que:

O aluno é obrigado a raciocinar para aprender, tendo que encontrar um fundamento e uma função prática no ensino teórico. Toda teoria destina-se à aplicação real; é o caso concreto que visa a desenvolver a mentalidade tática e a ação militar. (p. 305)

Bellintani (2009) atenta ainda que, àquele período, todo o corpo profissional do Exército, passando dos altos postos até os graduados, precisou se adaptar ao novo método implementado pelos missionários franceses. Esse método, de forte influência cartesiana, exigia dos instruídos passarem grandes períodos de estudo para a realização de complexas provas teóricas e práticas.

Nesse contexto de reformas, ocorreram medidas que impactaram diretamente a profissionalização dos graduados, como o fortalecimento do Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Infantaria, transformado anos depois em Escola de Sargentos de Infantaria (ESI). Esses alunos, ao término do curso, iriam servir como instrutores dos recém-criados tiros de guerra, que eram pequenas unidades, localizadas nos municípios de maior dificuldade para o serviço militar obrigatório. (ZIMMERMANN, 2013).

Essa nova forma de pensar relativa às atribuições concernentes aos sargentos significou o início de uma importante mudança, tendo em vista que representou o primeiro passo em direção a uma efetiva melhora na qualidade da formação desse segmento. Nesses casos, o sargento deixava de ser um simples monitor ou auxiliar dos oficiais, para ser, ele mesmo, o responsável pela preparação e condução da instrução militar.

A Escola de Sargentos de Infantaria (ESI) foi uma importante instituição de ensino militar, com sua história iniciada em 10 de janeiro de 1920, por força da Lei Nº 4.02877, quando o ministro da Guerra transforma o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos em Escola de Sargentos de Infantaria, cuja finalidade era a de formar sargentos instrutores para atender a demanda das linhas de tiro, tiros de guerra e escolas de instrução militar, a fim de suprir algumas demandas:

Art. 13. O Governo nomeará instrutores das linhas de tiro dentre os officiaes da reserva da 1ª linha e officiaes da 2ª linha, de reconhecida idoneidade profissional, principalmente quando oriundos do professorado primario, arbitrando-lhes gratificação que será fixada em lei orçamentaria, transformando o curso de aperfeiçoamento dos sargentos em escola de sargentos para os cargos de tropa, sem augmento de despeza. (N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Nessa escola, eram formados e treinados sargentos para exercerem algumas funções de comando até então exclusivas dos oficiais. Sua preparação visava à formação do sargento, aproximando-o das condições inerentes à qualificação de um oficial, notadamente um profissional de uma posição social e profissional acima do que seria esperado de um sargento. Entenda-se, com isso, que tais sargentos podiam assumir a função de comandante de pelotão, direção e responsabilidades em missões de instrutor/professor que, em muitas oportunidades, os mantieram destacados de seus aquartelamentos, representando sua corporação em condições de exigência comportamental irretocável (PINTO, 2015). Ao desenvolver este perfil profissiográfico, o Exército idealizava atender — e mesmo assim não logrou — as demandas das várias organizações que o procuravam para a expansão da educação militar. Genivaldo Pinto nos afirma que esta foi uma tentativa de se mostrar à altura dessa expansão, disponibilizando profissionais capazes, competentes e confiáveis para o mercado educacional. O primeiro curso de

sargentos funcionou em 1920 e teve seu regulamento aprovado pelo Decreto Nº 14.331, de 27 de agosto do mesmo ano, no qual consta inclusive uma prova de admissão. Dentro da rotina escolar, constavam instruções típicas de um curso de infantaria, com duração de 12 meses. Estava incluída a prática dos exercícios de combate, da ginástica, do tiro e todas as demais instruções que, além de torná-los qualificados profissionais, tinham a preocupação de proporcionar-lhes a compreensão da importância do “aprender para ensinar”, habilitando-os, ainda, a servir em companhias de infantaria e de metralhadoras.

Referente à documentação curricular que baliza a formação destes militares, era composta dos perfis profissiográficos, dos planos de disciplinas (PLADIS), que estabelecem o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que serão desenvolvidos nos cursos. Pinto (2015), mais uma vez, nos elucida que os sargentos tinham, portanto, o dever de serem instruídos a comportarem-se como instrutores, como comandantes. Posto dessa forma, deveriam ter condições de agir com independência e autonomia, com as mesmas responsabilidades até então dispensadas somente aos oficiais, porque estariam servindo como instrutores e únicos militares, tendo, em muitas oportunidades, que reportarem-se a autoridades locais. Ao fim do curso, dentre os aprovados, seriam promovidos a 2º Sgt os alunos com grau 8,0 ou mais, e promovidos a 3º Sgt os demais, uma herança ainda aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas atualmente, onde, para ser instrutor de tiro de guerra, também se deve obter grau de no mínimo 8,0 no Curso de Aperfeiçoamento. Mesmo entre os aprovados, havia, junto à nota final, a indicação de “apto para instrutor” ou “insuficiente para instrutor”.

Portanto, os aprovados nas condições de insuficiência poderiam, mais tarde, aprimorando-se, recuperar as condições de aptidão ao cargo de instrutor.

A nova forma de pensar colocava os sargentos como instrutores, substituindo os oficiais em algumas atribuições. No período em que vigorou a Missão Militar Francesa, o Exército começou a se preocupar com a melhoria da qualidade da formação de seus graduados, passando a contar com profissionais mais qualificados, intelectualizados e disciplinados. Foi o início da mudança de filosofia, com elevação da prioridade dada pela Força com relação ao grupo.

Outro exemplo da profissionalização dos sargentos facilitada pela equipe francesa foi a criação do Centro de Instrução de Transmissões. A instalação completa deste Centro foi concluída em dezembro de 1926, e ele passou a funcionar normalmente em 1927. O curso de transmissões voltava-se para sargentos radiotelegrafistas e para oficiais, no qual os alunos recebiam instrução tática e técnica. O objetivo era o fornecimento de noções indispensáveis sobre o sistema de transmissões e a criação de instrutores telegrafistas, voltados para área de comunicação. Tinha duração de vinte dias para os oficiais da infantaria, cavalaria e artilharia e de três meses para os graduados.

Merece destaque também a criação de uma Escola de Aviação, sediada no Campo dos Afonsos, chefiada pelos franceses. À época da introdução do meio aéreo no Exército, era permitido aos sargentos realizarem os cursos de mecânico, de observador e de piloto, habilitando-os, inclusive, para atuarem no meio civil. Com o advento da Arma de Aviação, ocorrido em 1927, havia um número de 79 entre tenentes e suboficiais nessa especia-

lidade (BELLINTANI, 2009). A aquisição de materiais de emprego bélico novos, modernos e com elevado valor exigiu capacitação técnica específica de seus operadores. Desse modo, naturalmente mostrou-se necessário que a qualificação desses militares se revestisse de um profissionalismo que até aquele momento era praticamente inexistente e pouco eficaz.

Um indicativo de que a implantação dessa cultura de permanente formação profissional estava ocorrendo nos vários escalões do Exército pode ser percebido no Art. 36 do Plano Geral de Ensino Militar, do ano de 1933, que dizia:

No exercício das funções de oficiais e praças, a especialização constitui um princípio ou norma a respeitar sempre. Assim, para o desempenho das funções inerentes a cada uma das especialidades, só na falta absoluta de possuidores de um dos cursos de especializados, poderá ser aceitável, a título temporário, a designação de militares que não possuam tais requisitos. (BRASIL, 1933)

O preparo e emprego

Existia a possibilidade de as sociedades de tiro submeterem à matrícula, na Escola de Sargentos de Infantaria (ESI), um sócio seu, com o objetivo de tê-lo, depois de formado, como seu instrutor, o que certamente traria maior autonomia pedagógica. O mesmo poderia ser feito para os graduados das polícias que fossem forças auxiliares do Exército.

Nos dois casos, estes matriculados eram submetidos aos mesmos rigores e exigências avaliativas; entretanto, ao final do curso, não era estabelecido nenhum vínculo profissional com o Exército.

O Ministério da Guerra, com essa medida, promovia a formação de especialistas de

confiança — melhorando, nesse segmento, o perfil de seus profissionais — e aproveitava para contribuir para a expansão da presença da cultura militar, haja vista que, aonde esses profissionais fossem, certamente seriam multiplicadores, seriam instrutores para outros alunos, conforme o modelo de sua formação.

Antes da criação da ESI, o Ministério tentou, em 21 de novembro de 1917, por meio do Decreto Nº 12.718, em que criava o quadro de sargentos instrutores, satisfazer a demanda das mesmas instituições de ensino militar por instrutores. No texto dessa lei, havia a possibilidade de ascensão na carreira aos terceiros-sargentos, podendo chegar à patente de primeiro-sargento em pouquíssimo tempo.

Diante desse decreto e da criação da ESI, são manifestos os esforços aquém das necessidades verificadas, frente à resposta positiva da sociedade civil, em atender à meta desafiadora do Ministério da Guerra no preparo de uma grande reserva militar. Posto isso, em 1921, este mesmo Ministério autorizou a contratação de um professor de jogos de defesa corporal aplicados à esgrima de baioneta, como forma de aperfeiçoar a ofensiva no combate corpo a corpo para a ESI.

Para além das contribuições relativas ao ensino, a MMF agregou para a Doutrina Militar a consciência da importância dos grupos de combate (GC), fração que representa o menor núcleo de valor combativo de uma tropa. As mudanças das características dos campos de batalha fizeram com que o ambiente operacional se tornasse mais dinâmico, o que gerou a necessidade do exercício da ação de comando inclusive nos escalões inferiores. E à frente de cada um desses pequenos grupos estava a figura do sargento. Para tanto, era necessário que estivesse preparado para desem-

penhar de modo satisfatório suas atribuições.

O final da I Guerra presenciou o surgimento de uma nova máquina de guerra: os carros de combate. Os franceses rapidamente criaram uma doutrina de emprego para os “tanques”, que, por sua vez, chegaram ao Brasil com os primeiros modelos Renault. Duas das principais características que as operações com os blindados possibilitaram foram a flexibilidade e a mobilidade. Desse modo, ganharam destaque operações descentralizadas, que, em muitas das vezes, tinham no comando de algum dos carros o sargento. Nesse intento, ele precisaria possuir a consciência situacional para cumprir suas missões balizadas pela intenção do seu comandante (SANTOS, 2011).

A disciplina e o moral

Tentou-se melhorar os níveis de disciplina das praças com a edição do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), no qual era apresentada uma relação contendo todas as transgressões, e o Regulamento de Interno e dos Serviços Gerais (RISG), onde estavam previstas, entre outras normas, as atribuições específicas dos graduados. A instituição do Dia do Soldado, 25 de agosto, na data do nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, veio para reforçar a ideia da importância de um grupo coeso e motivado, surtindo um efeito de estímulo para a tropa.

Conforme afirma McCann (2009), grande parte dos graduados vivia aquartelada nas precárias instalações disponíveis nas organizações militares espalhadas pelo país. No intuito de fornecer alojamentos mais dignos para a tropa bem como de obter áreas mais amplas para os treinamentos, na década de 1920, na gestão

de Calógeras como ministro da Guerra, dá-se início a um grande programa de construção de quartéis. Ao todo, foram construídas 61 novas unidades, além de mais de 40 que foram reformadas. Os novos prédios eram modernos, com uma estrutura imponente, situados em áreas importantes das cidades e certamente possibilitavam um conforto às praças muito maior do que em relação aos antigos.

Nesse período, foram construídas, também, diversas vilas militares, nas fronteiras sul e oeste do Brasil bem como no Rio de Janeiro. Vários dos sargentos que possuíam encargos com família puderam ser amparados com as moradias possibilitadas pelos próprios nacionais residenciais.

O quadro social dos graduados durante as décadas de 1920 e 1930

Se, por um lado, as mudanças educacionais na classe dos sargentos foram consistentes, no campo social, houve apenas discretas melhoras no período em que vigorou o contrato da Missão Militar Francesa. Antes, os sargentos não possuíam garantia de estabilidade e iam prestando o serviço militar por períodos sucessivos, mediante engajamento e reengajamento. Uma vitória importante foi o fato de terem conseguido o direito à estabilidade na carreira, sem a necessidade de renovação anual do contrato após completarem dez anos de serviço, garantindo a eles e a seus dependentes econômicos uma segurança mínima (ALVES, 2015).

Outro aspecto relevante foi a promoção por bravura em combate de diversos sargentos ao posto de segundo-tenente, após a significativa participação na Revolução de 1930. É oportuno observar que o presidente que assumiu o poder após a deposição de Washington Luís foi o gaúcho Getúlio Vargas. Vargas pertencera às fileiras do Exército por um período de cinco

anos, alcançando a graduação de sargento.

Zimmermann (2013) salienta o fato de, também na década de 1930, especificamente no ano de 1933, ter ocorrido a criação da graduação de subtenente, até então inexistente na Força. Como observa Alves (2015), para a escolha dos promovidos, um dos critérios era a realização de um curso de aperfeiçoamento.

A evolução de uma política específica voltada para a carreira dos Sargentos, porém, foi profundamente abalada devido ao envolvimento de muitos no movimento da Intentona Comunista, ocorrido em novembro de 1935, em diferentes guarnições do país. Desse modo, conforme Zimmermann (2013),

O fato não foi considerado pela cúpula militar somente como mais um entre os diversos levantes ocorridos. A participação ativa de vários sargentos e as comprovadas ligações do episódio com o movimento comunista internacional convenceram a oficialidade a tomar atitudes enérgicas no campo disciplinar.

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa, pode-se afirmar que, certamente, o clima de desconfiança da alta oficialidade para com os sargentos após o episódio bem como o crescente pensamento anticomunista que se instalava na Força foram os principais responsáveis pela regressão das melhorias sociais e profissionais conquistadas pela classe.

A falta de uma consciência nacional por parte das praças, de acordo com Frank McCann (2009), era devida em grande parte à ausência de campos de treinamento centralizados, nos quais os instruídos receberiam uma instrução padronizada, capaz de incutir nos seus alunos os princípios e valores julgados pela Força

como indispensáveis. Sem isso, haveria o risco permanente de esses militares serem atraídos por segmentos subversivos da sociedade, como o levante comunista de 1935, já comentado.

Zimmermann (2013) aborda essa questão da seguinte maneira:

[...] os principais objetivos institucionais estavam na obtenção de uma uniformidade de pensamento [...] O principal instrumento a ser utilizado para essa padronização ideológica foram as escolas militares. O investimento na melhor formação passou a ser quase uma obsessão por parte do Exército. (p. 2)

Esse problema, contudo, só seria solucionado de modo mais consistente com a criação de uma escola exclusivamente voltada para os sargentos, o que ocorreu apenas em 1945, com a Escola de Sargentos das Armas.

Conclusão

A Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro foi um marco importante no caminho da profissionalização dos quadros da Força Terrestre. Durante cerca de vinte anos, foram estabelecidos elevados padrões de treinamento, adquiriram-se modernos equipamentos e novas instalações foram construídas, visando a possibilitar melhores condições para a tropa.

A precária condição existente nos quartéis demonstra a baixa prioridade que os governos davam para as Forças Armadas. A percepção da necessidade de se convidar uma missão estrangeira para instrução militar revelava aos olhos das demais nações o estado calamitoso em que se encontrava o Exército.

Em relação aos sargentos, conforme abordado, houve mudanças e significativas melhorias na parte profissional durante o período tratado. No entanto, a inexistência de uma escola de formação que centralizasse as instruções e os conhecimentos militares a serem incorporados pelos graduados limitou esse avanço.

De igual modo, o progresso técnico e intelectual das praças restringiu-se a uma elite e não correspondeu proporcionalmente a avanços sociais para a categoria. Desse modo, ainda fizemos face a alguns motins e conspirações por integrantes desta classe, o que fez com que se mantivesse o clima de desconfiança dos oficiais, que por vezes intimidaram a promoção de mais autonomia.

No momento em que se comemora o centenário da parceria militar firmada entre o Brasil e a França, é mister olhar para o passado na busca por adquirir os importantes ensinamentos que a História Militar pode proporcionar. Os avanços obtidos com os missionários franceses possibilitaram a formação de uma nova mentalidade no Exército e marcaram o primeiro passo para a real profissionalização dos sargentos, afastando a alcunha de “praças de pré” dada somente àqueles que não exerciam a profissão militar de ofício. Dentro desse contexto, o quadro de sargentos não ficou alheio ao processo de renovação que contagiou a Força. Suas carreiras vivenciaram marcantes progressos. No entanto, o perfil do sargento, após o período, estava muito mais próximo do ideal de profissionalismo desejado do que aquele quando do início da missão, em 1919, e buscamos aqui dar notoriedade a uma história pouco contada. **REB**

Referências

- ALVES, Paulo Sérgio Felipe (Org.). **Das origens do Sargento ao seu aperfeiçoamento nos dias atuais**. Cruz Alta: Fundação Trompowski, 2015.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Volume I. (Tese de doutorado). Brasília: UnB, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 1.199, de 31 de dezembro de 1892. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1199-31-dezembro-1892-522399-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 3.674, de 7 de janeiro de 1919. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3674-7-janeiro-1919-570619-publicacaooriginal-93752-pl.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 3.741 de 28 de maio de 1919. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3741-28-maio-1919-571040-publicacaooriginal-94146-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- _____. Decreto nº 22.350, de 12 de janeiro de 1933. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22350-12-janeiro-1933-558454-publicacaooriginal-79753-pe.html>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- FILHO, Jayme de Araújo Bastos. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.
- MACCAN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.
- MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- MALAN, Carlos José Sampaio. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2018.
- NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PINTO, Genivaldo Gonçalves. **Manifestações da Cultura Militar no espaço educacional brasileiro na primeira república: o Contexto de Pelotas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2015.
- SANTOS, Carlos Alexandre Giovanini dos. **Blindados, 95 anos de História**. Disponível em: <www.ecsbddefesa.com.br/defesa/fts/Blindados95.pdf>. Acesso em 9 de setembro de 2018.
- ZIMMERMANN, Lausimar Jose. **Sargentos de 1964: como a disciplina superou a política**. (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.